PGR/MPF/2ª, 4ª, 5ª E 7ª CCRS, E SEJUD

Comunicado Conjunto nº 1/2020

Brasília, 21 de janeiro de 2020

NOVO FLUXO DE TRAMITAÇÃO DOS IPLS, PICS E NFS CRIMINAIS A PARTIR DAS ALTERAÇÕES DO ART. 28 DO CPP TRAZIDAS PELA LEI Nº 13.964/2019

Em razão das inovações trazidas pela Lei nº 13.964, de 24 de dezembro de 2019, que entrará em vigor na próxima quinta-feira, dia 23 de janeiro de 2020, relativamente à nova redação conferida ao art. 28 do Código de Processo Penal, as 2ª, 4ª, 5ª e 7ª Câmaras em parceria com a Secretaria Jurídica e de Documentação resolvem expedir este comunicado com orientações gerais a respeito das principais alterações referentes ao arquivamento de Inquéritos Policiais e demais procedimentos extrajudiciais de natureza criminal.

Nesse contexto, a nova redação do artigo 28 do CPP passou a determinar o encaminhamento de todos os Inquéritos Policiais, Procedimentos Investigatórios Criminais (PICs) e Notícias de Fato Criminais para homologação de arquivamento nas instâncias competentes para revisão no Ministério Público, no nosso caso, as Câmaras de Coordenação e Revisão. Com essa alteração, estima-se que as Câmaras receberão em média 60.000 novos procedimentos por ano. Assim, com intuito de agilizar a tramitação processual e conferir maior celeridade à análise dos processos pelas Câmaras, é imprescindível que as unidades atentem para os casos em que já existam **enunciados e orientações** das Câmaras que permitam **o arquivamento dos feitos diretamente nas unidades**, sem necessidade de envio para homologação nas CCRs. Os enunciados e orientações das Câmaras estão disponíveis em:

Enunciados e orientações da 2ª CCR

<http://www.mpf.mp.br/atuacao-tematica/ccr2/coordenacao/enunciados>

<http://www.mpf.br/atuacao-tematica/ccr2/coordenacao/orientacoes>

Enunciados e orientações da 4ª CCR

<http://www.mpf.mp.br/atualizacao-tematica/ccr4/enunciados-1>

Enunciados e orientações da 5ª CCR

<http://intranet.mpf.mp.br/areas-tematicas/camaras/combate-a-corrupcao/enunciados>

<http://intranet.mpf.br/areas-tematicas/cameras/combate-a-corrupcao/orientacoes-1>

Enunciados e orientações da 7ª CCR

<http://www.mpf.mp.br/atualizacao-tematica/ccr7/dados-da-atuacao/enunciados>

<http://www.mpf.br/atuacao-tematica/ccr7/dados-da-atuacao/orientacoes>

As providências de arquivamento no Sistema Único foram adaptadas à nova redação do artigo 28 do CPP e estão detalhadas a seguir:

PROVIDÊNCIAS DE ARQUIVAMENTO

FLUXO PARA ARQUIVAMENTO DE IPL

PROVIDÊNCIA: PROMOVER ARQUIVAMENTO	
TAREFAS	DESCRIÇÃO
1. Manifestação – Promoção de arquivamento	Esta tarefa compreende na criação de uma manifestação para promover o arquivamento. Deverá ser escolhido um dos movimentos vinculados ao código: 920088 - COM REMESSA AO CONSELHO SUPERIOR/CAMARA. A movimentação da manifestação deverá ser registrada com a opção de "MOVIMENTAR SEM AUTOS" - "SIM", uma vez que esta será enviada via MNI para constar como íntegra dos autos no Sistema do Judiciário. Caso o Membro opte por fazer o envio da manifestação diretamente pelos portais da Justiça (E-Proc/Pje), deverá igualmente realizar o cadastro no Sistema Único, para fins de registros estatísticos, análise correicional, assim como para possibilitar a homologação pela CCR.
2. Comunicar à PF	Encaminhamento de ofício à Polícia Federal para informar sobre a promoção de arquivamento, que deve ser expedido via E-carta.
3. Comunicar à vítima ou interessado	Informar à vítima ou ao interessado sobre o arquivamento por meio de registro de ofício, que deve ser expedido via E-carta.
4. Comunicar ao investigado	Informar ao investigado sobre o arquivamento por meio de registro de ofício, que deve ser expedido via E-carta.
5. Registrar despacho de reconsideração	No caso de o interessado apresentar algum recurso, essa tarefa poderá ser executada a depender do entendimento do Membro oficiante.
6. Registrar despacho para revisão	Esta tarefa compreende na criação de um despacho de encaminhamento para análise do arquivamento pelo órgão revisional. Caso o arquivamento não necessite ser homologado, essa tarefa deverá ser excluída, passando-se diretamente para a providência: Arquivar o procedimento (após promoção)
7. Movimentar	Esta atividade compreende na movimentação dos autos para a CCR respectiva, se for o caso. Caso o arquivamento não necessite ser homologado, essa tarefa deverá ser excluída, passando-se diretamente para a providência: Arquivar o procedimento (após promoção)

OBSERVAÇÕES IMPORTANTES:

- Nos casos em que haja a necessidade de homologação do arquivamento, a movimentação deverá ser para a respectiva CCR, que por sua vez, receberá o auto e realizará o tratamento devido. Essa movimentação dos autos para a CCR é **obrigatória**, já que a manifestação enviada por MNI ou diretamente por intermédio dos portais da Justiça não possuem o fito de promover a movimentação do auto para a Câmara de Coordenação e Revisão.

- As CCR's precisam receber os autos pelo Sistema Único, para que seja possível fazer a deliberação via Módulo Colegiado que permitirá: distribuir ao relator, cadastrar o voto, realizar sessão e registrar a deliberação.

- Apreciado o pedido de arquivamento, a CCR devolverá o auto para a COJUD da unidade remetente para cumprimento de suas decisões. No caso de homologação de arquivamento, a COJUD concluirá o feito para o titular ou substituto, que deverá registrar a seguinte providência:

PROVIDÊNCIA: Arquivar o procedimento (após promoção)	
TAREFAS	DESCRIÇÃO
1. Comunicar à PF	Encaminhamento de ofício à Polícia Federal comunicando a baixa dos autos, , que deve ser expedido via E-carta. Caso se trate de crime relativo ao Projeto Prometheus (Informativo SEJUD 11/19), deverão ser compartilhados os dados criminais do procedimento que está sendo finalizado.
2. Manifestação – Comunicar à Justiça	No caso dos autos eletrônicos, poderá criar uma manifestação para enviar à Justiça, dando ciência do arquivamento e solicitando baixa dos autos. No físico, essa tarefa é dispensada.
3. Registrar termo de avaliação e destinação de autos	Cria um documento do tipo "termo de avaliação e destinação de autos" a ser juntado aos autos, conforme art. 4º da Portaria PGR/MPF nº 184/2016, quando do arquivamento definitivo.
4. Movimentar	Esta atividade compreende na movimentação do auto para o setor responsável pelo arquivamento na unidade.
5. Arquivar	Atividade relativa ao arquivamento definitivo do auto na unidade.

FLUXO PARA ARQUIVAMENTO DE PIC

PROVIDÊNCIA: PROMOVER ARQUIVAMENTO	
TAREFAS	DESCRIÇÃO
1. Registrar promoção de arquivamento	Esta tarefa compreende na criação de um documento com a promoção de arquivamento.
2. Comunicar à vítima ou interessado	Informar à vítima ou ao interessado sobre o arquivamento por meio de registro de ofício, que deve ser expedido via E-carta.
3. Comunicar ao investigado	Informar ao investigado sobre o arquivamento por meio de registro de ofício, que deve ser expedido via E-carta.
4. Comunicar à PF	Encaminhamento de ofício à Polícia Federal para informar sobre a promoção de arquivamento, que deve ser expedido via E-carta.
5. Registrar despacho de reconsideração	No caso de o interessado apresentar algum recurso, essa tarefa poderá ser executada a depender do entendimento do Membro oficiante.
6. Registrar despacho para revisão	Esta tarefa compreende na criação de um despacho para análise do arquivamento pelo órgão revisional. Caso o arquivamento não necessite ser homologado, essa tarefa deverá ser excluída, passando-se diretamente para a providência: Arquivar o procedimento (após promoção)
7. Movimentar	Esta atividade compreende na movimentação dos autos para a CCR respectiva, se for o caso. Caso o arquivamento não necessite ser homologado, essa tarefa deverá ser excluída, passando-se diretamente para a providência: Arquivar o procedimento (após promoção)

OBSERVAÇÕES IMPORTANTES:

- Nos casos em que haja a necessidade de homologação do arquivamento, a movimentação será feita por meio do Sistema Único para a respectiva CCR, que por sua vez, receberá o auto e realizará o tratamento devido.

- Apreciado o pedido de arquivamento, a CCR devolverá o auto para a COJUD da unidade remetente para cumprimento de suas decisões. No caso de homologação de arquivamento, a COJUD concluirá o feito para o titular ou substituto, que deverá registrar a seguinte providência:

PROVIDÊNCIA: Arquivar o procedimento (após promoção)	
TAREFAS	DESCRIÇÃO
1. Comunicar à PF - Projeto Prometheus (Informativo SEJUD 11/19)	Encaminhamento de ofício à Polícia Federal, que deve ser expedido via E-carta, para compartilhamento dos dados criminais do procedimento que está sendo finalizado.
2. Registrar termo de avaliação e destinação de autos	Cria um documento do tipo "termo de avaliação e destinação de autos" a ser juntado aos autos, conforme art. 4º da Portaria PGR/MPF nº 184/2016, quando do arquivamento definitivo.
3. Movimentar	Esta atividade compreende na movimentação do auto para o setor responsável pelo arquivamento na unidade.
4. Arquivar	Atividade relativa ao arquivamento definitivo do auto na unidade.

FLUXO PARA ARQUIVAMENTO DE NF CRIMINAL

PROVIDÊNCIA: PROMOVER ARQUIVAMENTO	
TAREFAS	DESCRIÇÃO
1. Registrar promoção de arquivamento	Esta tarefa compreende na criação de um documento com a promoção de arquivamento.
2. Comunicar à vítima ou interessado	Informar à vítima ou ao interessado sobre o arquivamento por meio de registro de ofício, que deve ser expedido via E-carta.
3. Comunicar ao investigado	Informar ao investigado sobre o arquivamento por meio de registro de ofício, que deve ser expedido via E-carta.
4. Comunicar à PF	Encaminhamento de ofício à Polícia Federal para informar sobre a promoção de arquivamento, que deve ser expedido via E-carta.
5. Registrar despacho de reconsideração	No caso de o interessado apresentar algum recurso, essa tarefa poderá ser executada a depender do entendimento do Membro oficiante.
6. Registrar despacho para revisão	Esta tarefa compreende na criação de um despacho para análise do arquivamento pelo órgão revisional, apenas nos casos em que houver recurso (Art. 5º da Res.CNMP 174/2017). Caso não haja recurso, essa tarefa deverá ser excluída, passando-se diretamente para a providência: Arquivar o procedimento (após promoção)

OBSERVAÇÕES IMPORTANTES:

- Nos casos em que haja a necessidade de homologação do arquivamento, a movimentação será feita por meio do Sistema Único para a respectiva CCR, que por sua vez, receberá o auto e realizará o tratamento devido.

- Apreciado o pedido de arquivamento, a CCR devolverá o auto para a COJUD da unidade remetente para cumprimento de suas decisões. No caso de homologação de arquivamento, a COJUD concluirá o feito para o titular ou substituto, que deverá registrar a seguinte providência:

PROVIDÊNCIA: Arquivar o procedimento (após promoção)	
TAREFAS	DESCRIÇÃO
1. Comunicar à PF - Projeto Prometheus (Informativo SEJUD 11/19)	Encaminhamento de ofício à Polícia Federal, que deve ser expedido via E-carta, para compartilhamento dos dados criminais do procedimento que está sendo finalizado.
2. Registrar termo de avaliação e destinação de autos	Cria um documento do tipo "termo de avaliação e destinação de autos" a ser juntado aos autos, conforme art. 4º da Portaria PGR/MPF nº 184/2016, quando do arquivamento definitivo.
3. Movimentar	Esta atividade compreende na movimentação do auto para o setor responsável pelo arquivamento na unidade.
4. Arquivar	Atividade relativa ao arquivamento definitivo do auto na unidade.

Em relação às Notícias de Fato observamos que a Resolução CNMP nº 174, no § 4º, do art. 4º, prevê os casos de indeferimento de instauração. Sobre o tema ressaltamos que, as situações que **não** estejam previstas nesse dispositivo e que o Procurador(a) oficiante decida sobre a instauração com envio para homologação das Câmaras, é necessário realizar a atuação e encaminhar o procedimento.

Ressaltamos, por fim, que as CCRs, bem como a SEJUD colocam-se à disposição para os esclarecimentos que se fizerem necessários e para receberem sugestões das unidades, que visem à otimização da tramitação processual, por meio dos endereços eletrônicos 2CCR-ADMINISTRATIVO@mpf.mp.br e PGR-SEJUD@mpf.mp.br.